

Brasiliense sabe hoje se

Ave

16 JUN 1988

Cidade

Jornal de Brasília

elege governador este ano

A Assembléia Nacional Constituinte deve votar hoje a emenda que prevê eleição para governador do Distrito Federal em 15 de novembro deste ano. A extensa discussão em torno da questão da anistia dos militares cassados tomou boa parte do dia no Plenário, ontem, impedindo que a matéria da eleição para governador do DF fosse votada.

A emenda a ser votada é o resultado da fusão das propostas de quatro parlamentares da bancada do Distrito Federal — Pompeu de Sousa (sem partido), Sigmaringa Seixas (PMDB), Maurício Corrêa (PDT) e Augusto Carvalho (PCB). Ela fixa a data da eleição e a da posse do novo governador, já no primeiro dia de janeiro de 89.

No início da tarde os parlamentares da bancada local ainda acreditavam na votação da proposta, mas no decorrer das discussões em torno da anistia dos militares, com duas emendas apresentadas, e da anistia aos funcionários públicos civis cassados — que durou mais de uma hora — o número de constituintes presentes foi caindo e a sessão suspensa por falta de quorum.

Opiniões

Segundo o deputado Augusto Carvalho, a vitória da emenda conjunta não está garantida. Para ele

o principal inimigo é a falta de quorum, que pode impedir uma maioria de 280 votos favoráveis à proposta.

O senador Pompeu de Sousa, mais pessimista, "desconfia" que o governo vai agir com "mão de gato", ou seja derrotar a emenda da eleição esvaizando o Plenário e evitando, inclusive, a votação. O mais otimista de todos os parlamentares da bancada do DF na Constituinte é o senador Maurício Corrêa. As resistências, segundo ele, são muito pequenas, praticamente imperceptíveis.

A única estratégia usada pelos constituintes do DF para convencer os indecisos é a conversa ao "pé do ouvido", o corpo-a-corpo, numa verdadeira operação convencimento. Só ontem Augusto Carvalho conseguiu mais duas adesões: a dos deputados Elias Murad (PTB/MG) e José Queiroz (PFL/SE). Os constituintes brasilienses ainda terão que enfrentar, com certeza, a posição contrária do deputado José Lourenço (PFL/BA) e do líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Santana (PMDB/BA). Foram eles, segundo o senador Maurício Corrêa, que impediram a entrada da emenda da eleição no DF este ano no "acordão" de emendas a serem aprovadas por unanimidade.

Clima era favorável a diretas

A aprovação da emenda que garante a realização das eleições em Brasília ainda este ano, era tida como certa, caso fosse colocada em votação ontem. Nesse sentido se manifestaram não só os parlamentares da bancada brasiliense na Constituinte, como a maioria dos líderes partidários da cidade, presentes no Congresso Nacional.

O clima de otimismo em favor da aprovação da emenda que prevê a eleição do governador, vice e 24 deputados distritais permanece para a votação de hoje, com a previsão unânime de que, caso haja quorum de no mínimo 400 parlamentares na sessão, ela será aprovada por mais de 290 votos.

Os deputados do PMDB, Sigmaringa Seixas, Geraldo Campos, Francisco Carneiro e Márcia Kubitschek, todos acreditam na votação favorável em plenário pela realização das eleições em Brasília, no dia 15 de novembro próximo. Da mesma opinião são os parlamentares do PFL, Maria de Lourdes Abadia, Jofran Frejat e Valmir Campelo. Também torciam

para que emenda fosse colocada em votação ainda ontem, o deputado Augusto Carvalho (PCB) e os senadores Pompeu de Souza (PMDB) e Maurício Corrêa (PDT).

Após o encontro que os líderes dos partidos políticos brasilienses mantiveram com o presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, todos estavam confiantes que a emenda seria votada ontem, dependendo apenas do andamento dos trabalhos legislativos. "Estamos na dependência apenas do quorum da Constituinte, pois estamos seguros que se a emenda for colocada em votação hoje ou amanhã, ela será aprovada", garantiu o presidente do PCB, Carlos Alberto Torres.

Com o mesmo otimismo, circulava pelos corredores do Congresso o presidente do PDS de Brasília, Carlos Zakarewicz. "Nestes dois dias (ontem e hoje) contamos com um quorum privilegiado, que garantirá a aprovação da emenda", afirmou.

Esboço da sucessão se define

A indefinição quanto à data das eleições em Brasília não impede que já esteja esboçado o quadro político do DF. Caso elas ocorram este ano, a previsão é de que haja uma coligação de direita entre o PFL, PL e PDS, saindo candidato a governador o deputado Jofran Frejat (PFL). Outra coligação de esquerda, entre PCB, PC do B, PSB, PDT e dissidentes do PMDB, seria encabeçada pelo deputado Augusto Carvalho (PCB) ou por um peemedebista hoje no GDF. O PT concorreria com o professor Lauro Campos, que só admitiria alianças no segundo turno da eleição, e o PMDB oficial de Múcio Athayde disputaria o pleito através de seu presidente Joselito Correa.

Com eleições este ano, os 24 deputados distritais teriam de legislar do Centro de Convenções, já que não haveria tempo para a construção do prédio da Câmara Legislativa do DF. O governador José Aparecido voltaria para Minas Gerais e deixaria com seu

sucessor o problema do fim das transferências de verbas da União para suplementação do orçamento do DF.

Em 1990 haverá um boom de candidatos: serão disputados os cargos de governador, vice-governador, 24 deputados distritais, oito deputados federais e a cadeira de senador de Pompeu de Sousa (PSB), que tem o mandato de quatro anos. Seriam candidatos a governador pelo PDT, o senador Maurício Corrêa, o favorito; pelo PFL o deputado Valmir Campelo, segundo colocado nas pesquisas eleitorais; pelo PT o professor Lauro Campos; pelo PMDB o ex-deputado pelo partido em Rondônia, Múcio Athayde; pelo PDS, o ex-governador José Ornelas em coligação com o PL.

O problema a ser enfrentado pelos eleitos será a autonomia política do Distrito Federal, mas o orçamento poderia ser suplementado com medidas de reforma tributária e a industrialização do DF.